TL7094

6

Carta do SG do PS (Jorge Sampaio) a XG (1991?)?

Esta carta, até chegar a si, cumpre o itenerário da solidariedade e da resistência. Duas vertentes fundamentais quando estão em causa direitos essenciais. O PS é sensível ao profundo significado político das múltiplas expressões da resistência e é solidário com a causa de todo um povo na luta pelos seus direitos essenciais. O combate coerente, incansável e corajoso que tem travado fazem de si uma figura respeitada e essencial para a solução do problema de Timor-Leste. Quero com esta carta manifestar-lhe o meu respeito, exprimir-lhe a solidariedade do Partido Socialista na luta pelo direito à autodeterminação do povo maubere e iniciar um diálogo directo, apesar da adversidade das circunstâncias que o dificultam, sobre as questões essenciais.

A solidariedade internacional em torno desta grave questão longe de esmorecer aumenta, intensifica-se e ganha novas expressões. A mais recente crise iternacional veio reavivar o problema dos direitos dos povos, violados pelo exercício da força armada e da repressão. Lembrou, mas não resolveu a fria lógica de equilíbrios que ditou a acumulação de situações como aquela que se vive em Timor. Hoje, toda a parcela do Mundo que passa por mutações profundas traz consigo outros tantos exemplos de nacionalidades, étnias, culturas, identidades submetidas ontem pela força e lutando actualmente pela afirmação que a história num qualquer momento lhes negou.

Diferente é também a situação de todas as partes envolvidas: a de Portugal, a da Indonésia e a dos

representantes do povo timorense. Nada se manteve imutável. E a tenacidade da resistência é sem dúvida um dos factores essenciais de algumas dessas mudanças. A estratégia Indonésia para o território falhou.

As condições para a abertura de um processo político parecem estar mais próximas. Distinguas de todas as outras iniciativas que possam estar em curso, como a visita de uma delegação dos parlamentares portugueses, pendente de negociações que decorrem nas Nações Unidas, e que não chegaram ainda a um fim. Sou sensível a todos os sinais que tenho recebido e que apontam para o interesse na realização dessa visita. Mas por isso mesmo também me parece que tem agido bem a Comissão Eventual, que no parlamento acompanha essas negociações feitas pelo governo, ao manter uma firmeza nas questões essenciais que envolvem a visita, sem as quais a sua objectividade, liberdade e independência podem ficar comprometidas.

Essa deslocação é um momento que pode ser importante, mas que tem que ser acautelado nos seus desenvolvimentos. A vista não pode ser considerada uma estratégia em sí, mas apenas parte da vertente que se desenrola no quadro das Nações Unidas. Importante, sem dúvida, mas não exclusiva.

O aproveitamento das condições que podem parecer indiciar uma oportunidade acrescida de sucesso na abertura de um processo político requer a identificação clara dos interlocutores e o reconhecimento das condições de disponibilidade. Naturalmente, e do ponto de vista português, o essencial da iniciativa compete ao governo. Mas a necessidade de uma

profunda co-responsabilização para abordar o problema atribuiem a cada actor político nacional responsabilidades acrescidas.

Portugal, a Indonésia e os representantes do povo timorense são as partes envolvidas neste complexo processo. O mandato do Secretário-Geral das Nações Unidas a mediação apropriada para sediar qualquer iniciativa que tenha por objectivo dar resposta aos novos dados da conjuntura. E, neste sentido, para além do diálogo que no seio desse mandato se tem travado em torno da deslocação de uma missão parlamentar.

Do nosso ponto de vista é nesse caminho que parece ser útil avançar. Sem condições prévias, para além do cessar das hostilidades. Aceitando apenas, como ponto de partida, a identificação das partes.

O meu empenhamento na resulução deste problema é grande. Resulução que salvaguarde, naturalmente, a livre expressão dos direitos fundamentais e que se realize num quadro reconhecido pelas partes.